

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HIDRICOS – CEHIDRO.

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às 09h 15min no Auditório do Parque Massario Okamura, ocorreu a 43ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 42ª Reunião Ordinária; Informes; Apreciação da Minuta de Resolução que aprova a Proposta de Criação do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Araguaia – TA3; Apreciação das alterações propostas pela Subprocuradoria de Meio Ambiente na Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli, Secretário Executivo do CEHIDRO, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO, e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Vera Lúcia Dias Lopes, representante da SES; Sr. José do Carmo Ferraz Filho, representante do SICME; Sr. Jair de Freitas, representante do DNPM; Sra. Laestanislaula Souza da Silva, representante do IBAMA; Sr. Fernando Shirashi, representante da ABES; Sr. Décio Eloi Siebert, representante dos COMITÊS; Sr. Marcos Vinicius Paes de Barros, representante do CREA-MT; Sr. Leopoldo Pires de Castro, representante da CAB; Sra. Ribenildes Carla Gomes e Souza, representante da FIEMT; Sr. Joilson José Fonseca da Silva, representante da VITORIA RÉGIA; Sr. Rodrigo Alexandre Azevedo Araujo, representante do IMADEA; Sr. Edson Eugenio Bruemuller, representante da MARAJÁ; Sra. Shirley Moreira, representante da Companhia Maranhense de Refrigerantes; Sr. Bruno Mees Ferreira, representante da AÇÃO VERDE; Sr. Marcio Roberto Queiroz Gonçalves, representante da AESA. O Secretário Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e colocando aos conselheiros que o Sr. José Esteves de Lacerda Filho, Presidente do CEHIDRO, e o Sr. Ilson Fernandes Sanches, Secretário Adjunto de Qualidade Ambiental, se comprometeram a participar da reunião e devem estar chegando. Em seguida colocou em apreciação a Ata da 42ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a Ata da 42ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. O Secretário Executivo passou então aos informes, colocando aos conselheiros que a SEMA participou nos dias 14 e 15 de uma reunião juntamente com o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Sepotuba, vereadores e membros da Prefeitura de Tangará da Serra para tratar sobre pagamento por serviços ambientais, destacando que nesta reunião foi apresentado o Projeto Oasis

35 da Fundação Grupo Boticário, onde este percebeu o interesse do poder publico em
36 implementar o projeto tendo inclusive a SAMAE/Tangará concordado em ceder 2% da sua
37 receita para o projeto. Complementou parabenizando os envolvidos e colocando aos
38 conselheiros que em continuidade no dia vinte e dois de março ocorrerá uma audiência
39 publica em Tangará da Serra organizada pela Câmara dos Vereadores, ponderando que
40 a SEMA tem grande interesse em acompanhar a implementação do projeto, pois o
41 mesmo pode ser replicado. O representante do grupo Boticário já informou que o mesmo
42 se enquadra perfeitamente nas características da Bacia do Queima Pé. O conselheiro
43 Décio Siebert complementou que a representante do grupo O Boticário já encaminhou o
44 Termo de Cooperação, de forma que o projeto já esta em andamento, destacando que
45 deve ser marcada uma cerimônia para a assinatura do mesmo. Em seguida o Secretario
46 Executivo colocou que a WWF Brasil e vários parceiros estarão realizando em Cáceres o
47 Seminário sobre a bacia do Paraguai com ênfase no pantanal, sequencia da moção
48 aprovada no XIV ENCOB em Cuiabá, onde a Plenária do FNCBH aprovou a moção
49 enviada pelo Comitê Sepotuba para que as autoridades se sensibilizassem quanto as
50 nascentes do pantanal. Nesta linha a WWF também esta apoiando o projeto piloto no
51 município de Reserva do Cabaçal, que é a recuperação da Bacia Hidrográfica, que conta
52 com o apoio da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal e o Ministério Público –
53 Comarca de Araputanga, projeto este que deu certo e deverá ser replicado em outra bacia
54 do município. O conselheiro Decio colocou que o Prefeito e os Deputados de Tangará da
55 Serra irão participar do Projeto, destacando que eles já perceberam a importância da
56 questão hídrica. Dando continuidade o Secretario Executivo informou aos conselheiros
57 que esta sendo feita uma tentativa de realizar o Seminário Estadual de Recursos Hídricos
58 juntamente com a Semana do Meio Ambiente, devido a 2013 ser o ano internacional de
59 Cooperação pela Água segundo a ONU, destacando que se tudo ocorrer como
60 programado iremos comemorar os 10 anos do CEHIDRO neste evento e buscar a
61 assinatura dos Decretos Governamentais reconhecendo os Comitês de Bacia
62 Hidrográfica. O Secretario Executivo colocou então aos conselheiros que devido a uma
63 medida de economia na SEMA, as convocações para as reuniões do CEHIDRO serão
64 enviadas no mesmo envelope para os representantes das entidades que estiverem
65 cadastrados com o mesmo endereço, utilizando-se desta forma somente um aviso de
66 recebimento. O conselheiro Leopoldo de Castro sugeriu que fosse suspensa a
67 convocação impressa, sendo feita somente a convocação por meio digital, o que foi
68 aprovado. A conselheira Vera Lopes sugeriu que o oficio de convocação, já assinado,

69 fosse transformado para o formato PDF e encaminhado no email de convocação, de
70 forma que caso seja necessário o conselheiro possa imprimi-lo, o que foi aprovado pelos
71 presentes. A conselheira Ribenildes Souza solicitou que a Secretaria Executiva ligasse
72 para os conselheiros que não tivessem enviado a confirmação de leitura do email para
73 confirmar sua participação na reunião. Em seguida o Secretario Executivo colocou aos
74 conselheiros que a Superintendência de Educação Ambiental procurou a Secretaria
75 Executiva do CEHIDRO solicitando que fosse encaminhada ao CEHIDRO a proposta de
76 Instrução Normativa que estabelece bases técnicas para a Elaboração de Programas e
77 Projetos de Educação Ambiental e Comunicação Social apresentadas como medidas
78 mitigadoras ou comprobatórias em cumprimento às condicionantes das licenças
79 ambientais emitidas pela SEMA, questionando à Plenária se achavam interessante o
80 projeto ser objeto de apreciação do CEHIDRO, com o que todos concordaram, e sugeriu
81 que o mesmo fosse inicialmente apreciado na CTGPar, o que foi aprovado pelos
82 presentes. A conselheira Ribenildes Souza complementou que este documento esta
83 sendo discutido no CIEA e o Dr. Carlos Irigaray fez algumas considerações que ainda
84 serão encaminhadas para a SEMA, ao que o Secretario Executivo colocou que quando
85 recebidas estas considerações as mesmas serão encaminhadas aos conselheiros, pois a
86 proposta de Instrução Normativa será enviada pela Secretaria a todos os conselheiros. .
87 O Secretario Executivo passou então para a apreciação dos temas prioritários aprovados
88 pelo CNRH para o ano de 2013, ponderando que no momento estes temas são somente
89 para conhecimento pois são mais voltados para o Governo Federal, porem caso tenha
90 algum tema que afete o Estado será repassado aos conselheiros. Em seguida passou
91 para a apreciação da Minuta de Resolução nº 51, que aprova a proposta de criação do
92 Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Araguaia – TA3, colocando que a mesma já foi
93 aprovada pela CTGPar e abrange todos os afluentes existentes na Unidade de
94 Planejamento e Gerenciamento TA3. Em seguida colocou em votação a Minuta de
95 Resolução nº 51, que aprova a proposta de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do
96 Alto Araguaia – TA3, a qual foi aprovada por unanimidade. O conselheiro Fernando
97 Shirashi solicitou que o IBAMA fosse convidado para integrar o Comitê, devido a
98 existência de um parque na região, ao que a Secretaria do CEHIDRO colocou que será
99 passada esta solicitação à Gerencia de Apoio e Fomento aos Comitês de Bacia para que
100 a repasse ao comitê. Dando continuidade o Secretario Executivo passou para as
101 alterações da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97 sugeridas pela SubProcuradoria,
102 colocando aos conselheiros que a grande maioria das alterações não alteram o sentido do

103 texto e foram consideradas viáveis pela Secretaria Executiva, ponderando que as
104 alterações que foram sugeridas com base na ilegalidade ou inconstitucionalidade do texto
105 da Minuta não foram questionadas pela Secretaria Executiva por ser competência da
106 Subprocuradoria verificar estas questões. Destacou que em relação ao pagamento de
107 diárias aos conselheiros do CEHIDRO, a Subprocuradoria considerou ilegal, porem existe
108 um dispositivo na Lei que permite que isto seja feito. Colocou também que o FEHIDRO na
109 visão da Subprocuradoria deve ser reativado principalmente quanto as questões de
110 cobrança, ponderando que foi feita uma consulta oficial pela Secretaria Executiva ao
111 FEMAM a qual não foi dada resposta oficial para ser anexada ao processo nº
112 570126/2012, porem conversamos com o Secretario Adjunto Executivo do Núcleo
113 Ambiental que nos informou que o governo atual não vê viável a implantação de novos
114 fundos, pois os recursos do Estado são destinados a uma conta única, não sendo
115 possível na estrutura atual termos autonomia financeira total. O Secretario Executivo
116 ponderou porem que como a Lei 6.945/97 se remete à Política Estadual de Recursos
117 Hídricos, deve ser tratada a longo prazo, não nos fixando em um período de gestão
118 governamental. O conselheiro Décio Siebert complementou que também foi sugerido a
119 inclusão das agencia de água na Minuta, que são importantes para garantir que os
120 recursos da cobrança sejam corretamente aplicados e evita que os mesmos caiam no
121 fundo único do estado, ponderando que existe um parecer do Tribunal de Contas do
122 Estado de São Paulo demonstrando que as Agências de Água tem menos desvios de
123 recurso que os Fundos Estaduais. A Secretaria do CEHIDRO passou a leitura das
124 alterações propostas pela Subprocuradoria, apresentando para os conselheiros as
125 justificativas da Subprocuradoria para cada uma delas e o posicionamento da Secretaria
126 Executiva, sendo colocadas em votação a aprovação ou não das alterações. Foram
127 aprovadas a exclusão do Art. 1º da Minuta e a Inclusão de um Capitulo denominado
128 Objetivos com mesmo texto do Capitulo de mesma denominação existente na Lei
129 9.433/97, que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos. Após a leitura do Art. 3º,
130 colocou que a sugestão da Subprocuradoria é a exclusão do Inciso XI, devendo o mesmo
131 ser colocado nos artigos que tratam da cobrança pelo uso da água, porem a Secretaria
132 Executiva verificou que não foi feita a inclusão do mesmo no tema sugerido, colocando
133 que a Secretaria Executiva sugere que seja mantido o Inciso XI do Art. 3º, o que foi
134 aprovado pelos conselheiros. Continuando a leitura e as votações, foram aceitas as
135 alterações dos textos do Inciso XI do Art. 6º e o *caput* do Art. 7º, a Supressão do §2º do
136 Art. 9º, a inclusão de um artigo tratando das circunstâncias de suspensão da outorga após

o Art. 13 da Minuta, a reformulação do Art. 14 da minuta e a inclusão dos incisos V e VI no Art. 16 da Minuta. A Secretaria do CEHIDRO leu então a sugestão de reformulação do Art. 17, colocando que a Secretaria Executiva concorda com a proposta, exceto o Inciso IV, justificando que a aprovação e a fixação dos valores por decreto governamental dá poderes ao governador alterar os valores definidos pelo CEHIDRO e pelos Comitês, sendo sugerido que o texto do Inciso IV da sugestão de reformulação proposta pela PGE do Art. 17 da Minuta ficasse “publicação dos valores a serem aplicados em cada bacia por decreto do Governador do Estado”, que foi aprovada pelos presentes. Passou a leitura da proposta de reformulação do Art. 18 da Minuta, colocando aos conselheiros que a sugestão da PGE é que sejam inseridas neste artigo os Incisos constantes do Art. 7º da Resolução do CNRH nº 48 de 21 de março de 2005, ponderando que esta Resolução regulamenta a cobrança pelo uso da água instituída pela Lei Federal nº 9.433/97, não considerando pertinente colocar especificações da regulamentação da instrumento na Lei que trabalha a Política de Recursos Hídricos no Estado, e sugerindo que fosse mantida a redação original deste artigo, o que foi aprovado pelos conselheiros. Continuando a leitura e as votações, foram aceitas a reformulação do Art. 19 da Minuta e a Inserção de três artigos, na forma de um capítulo denominado “Sanções” tratando das sanções pelo não pagamento da cobrança pelo uso da água, porem os conselheiros questionaram onde deveria ser inserido este artigo, ao que a Secretaria Executiva se comprometeu a questionar a Subprocuradoria e trazer para a próxima reunião onde o mesmo será alocado. Continuando a leitura e as votações, foram aceitas a reformulação dos Incisos IV e V bem como a inserção dos Incisos XII, XIII, XIV, que tratam da Lei de Segurança de Barragens, no Art. 26 da Minuta. Em seguida o Secretario Executivo continuou a leitura do Art. 27, colocando que a Subprocuradoria sugere que o mesmo seja suprimido, justificando que de acordo com os § 5º e 6º do Art. 5º do Decreto nº 4.613/2033 que regulamenta o CNRH não permite o pagamento de diárias e custos de transporte para conselheiros, destacando porem que o § 7º do Decreto referido pela Subprocuradoria permite que seja feito este pagamento para instituições técnicas de ensino e pesquisa e para organizações não governamentais, sugerindo que o Art. 27 da Minuta fosse mantido, o que foi aprovado pelos conselheiros. A Secretaria do CEHIDRO colocou que o próximo Capítulo da Minuta trata dos Comitês de Bacia Hidrográfica e que devido a isto as alterações foram previamente analisadas pela CTGPar, sendo as conclusões e ponderações desta apresentadas conjuntamente com a da Secretaria Executiva e da Subprocuradoria. O Secretario Executivo continuou com a leitura e votações, sendo

171 aceitas a proposta reformulação do *caput* do Art. 28 da Minuta bem como a proposta de
172 inserção dos incisos X e XI neste mesmo Art. da Minuta. Em seguida leu a proposta de
173 alteração do Art. 29 da Minuta, ponderando que tanto a Secretaria Executiva quanto a
174 CTGPar se posicionaram contrárias a esta alteração, devido a substituição da palavra
175 “paridade” por “representação” e a retirada da garantia de participação das comunidades
176 tradicionais características de Mato Grosso, mantendo-se esta garantia somente para os
177 indígenas. O conselheiro Décio Siebert ponderou que esta simples troca de palavras pode
178 levar a um desequilíbrio no comitê, ponderando que o ideal seria manter a redação
179 anterior, o que foi aprovado por todos os conselheiros presentes. Dando continuidade, o
180 Secretario Executivo colocou que a Subprocuradoria sugeriu a inserção de um novo artigo
181 após o Art. 29 da Minuta, tratando das Agências de Água, com a mesma formatação que
182 está na Lei Federal nº 9.433/97, o que foi aprovado pelos conselheiros. Continuando a
183 leitura e as votações, foram aceitas as propostas de reformulações dos Art. 32, 33 e 34 da
184 Minuta, sendo ponderado pela Secretaria Executiva que na Minuta erroneamente foram
185 colocados dois Artigos numerados como 34, porem os dois foram reformulados pela
186 Subprocuradoria, destacando ainda que a Subprocuradoria não incluiu o Inciso IV do Art.
187 32, que trata da perfuração de poços para extração de água subterrânea ou operá-los
188 sem a devida autorização, em nenhum dos artigos subsequentes, ficando o mesmo sem
189 multa conominada, e sugerindo que o mesmo fosse incluído no Art. 33, para manter a
190 mesma gradação de multa definida na Minuta, o que foi aprovado pelos conselheiros.
191 Prosseguiu com a leitura das propostas de alterações e votações, sendo aprovada a
192 reformulação do Art. 35 da Minuta, bem como a supressão do § 2º deste mesmo Art. e
193 supressão do Art. 36. O Secretario Executivo colocou então que a Subprocuradoria
194 sugere a inclusão de um novo artigo, tratando da gradação das infrações em leve, medias
195 e graves estabelecendo valores de multa proporcionais a esta gradação, ao que a
196 Secretaria do CEHIDRO ponderou que já são estabelecidos valores de multas nos artigos
197 anteriores e que esta nova cominação pode gerar duvida na hora da aplicação, bem como
198 levar a anulação de autos de infração, ficando acordado que esta dúvida seria levada à
199 Subprocuradoria, e na próxima reunião seria trazida a resposta da mesma ao Plenário.
200 Continuando a leitura e as votações, foram aceitas a reformulação do Art. 39 da Minuta, a
201 supressão do Art. 40 da Minuta e a transformação do seu parágrafo único em artigo com
202 reformulação do texto, a supressão do Art. 41, 45 e 47 da Minuta, a reformulação do Art.
203 46 e 52 da Minuta. O Secretario Executivo colocou que a Subprocuradoria sugeriu a
204 inserção de um artigo após o Art. 52 tratando do inicio da cobrança após o decreto

205 governamental, o que foi aceito pelos conselheiros porem com o texto modificado para
206 "Os usuários estarão sujeitos à cobrança efetiva do preço pelo uso dos recursos hídricos,
207 após fixação do preço pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos e publicação em
208 decreto do Governador do Estado", de forma a ficar de acordo com texto final do Inciso IV
209 do Art. 17 da Minuta. O Sr. José Esteves de Lacerda Filho, Secretario de Estado do Meio
210 Ambiente e Presidente do CEHIDRO, e o Sr. Ilson Fernandes Sanches, Secretário
211 Adjunto de Qualidade Ambiental, chegaram à reunião, tendo o Secretario Executivo
212 agradecido o comparecimento dos mesmos e passou a palavra ao Presidente, que pediu
213 desculpas pelo atraso porem encontrava-se na reunião do CONSEMA. Colocou aos
214 conselheiros que está fazendo um diagnostico da SEMA, buscando saber quais as
215 dificuldades e deficiências para ter conhecimento do que precisa ser alterado para então
216 fazer as alterações, de forma a melhorar a imagem da SEMA, que será reestruturada e
217 informatizada, sendo uma das metas se acabar com a existência do processo físico na
218 Secretaria. Colocou que a SEMA possui um corpo técnico de excelência, o que é uma
219 vantagem para uma Secretaria finalística, e que vai convidar a DEMA, o Ministério
220 Público, o setor privado e as ONGs para participarem da gestão do meio ambiente.
221 Destacou que o CEHIDRO terá total apoio nas questões hídricas, tendo inclusive
222 discutido com a Ministra do Meio Ambiente a necessidade de se fortalecer o Conselho,
223 ponderando que quer participar das reuniões e verificar como proceder ao fortalecimento
224 do CEHIDRO. Colocou ainda que já esta com a lei da cobrança pronta e ira verificar como
225 leva-la a Assembleia. Agradeceu a participação de todos e se comprometeu a fazer seu
226 trabalho com profissionalismo e dar total apoio às demandas do CEHIDRO bem como a
227 participar das futuras reuniões. O conselheiro Decio Siebert questionou ao Presidente se
228 a lei da cobrança a que o mesmo se referiu trata da cobrança pelo uso da água, ao que
229 foi respondido positivamente. O conselheiro Decio Siebert ponderou que os comitês tem
230 que participar da discussão da lei da cobrança, e que tem interesse especial em participar
231 da mesma, ao que o Presidente ponderou que pode ser agendada uma reunião para a
232 próxima semana com este fim. O conselheiro Decio Siebert colocou ainda que na ultima
233 reunião sugeriu que fossem feitos planos de bacia hidrográfica ao invés do plano
234 estratégico no que diz respeito às UHEs e PCHs, ao que o Secretario Adjunto colocou
235 que o PGE esta se manifestando no processo e fazendo uma nota técnica sobre o
236 assunto. O Conselheiros José Ferraz colocou que a SICME esta a disposição e tem
237 interesse em participar juntamente com as demais secretarias da Gestão do meio
238 ambiente. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença

239 e encerrou a reunião às 12h 19min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA
240 que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de
241 Recursos Hídricos – CEHIDRO.

242
243
244 _____
245 JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO
246 Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI
Secretário Executivo do CEHIDRO

247
248 * *Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 28/05/2013.*

249 ** *Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*